

MULHERES DA PAZ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS NOÇÕES DE EMPODERAMENTO NO CONTEXTO DO INVESTIMENTO SOCIAL

EMPOWERING WOMEN: A STUDY ABOUT SOCIAL POLITICS IN BRAZILIAN'S
CONTEXT

*Brena O'Dwyer Spina da Rosa Machado**

*Thamires de Lima Silva***

Cite este artigo: MACHADO, Brena O'Dwyer Spina da Rosa; SILVA, Thamires de Lima. Mulheres da paz: um estudo de caso sobre as noções de empoderamento no contexto do investimento social. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.7-19, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: O artigo examina a noção de “empoderamento” contida na perspectiva do investimento social, fruto de discursos institucionais que revalorizam as mulheres como beneficiárias das políticas. A partir do estudo de caso do programa Mulheres da Paz, implementado no Rio de Janeiro entre 2011 e 2012, que, através de capacitações, visa empoderar mulheres, observamos os diversos significados da noção de “empoderamento feminino” em disputa. A pesquisa combina os métodos qualitativos: documental, trabalho de campo e entrevistas. Conclui-se que o empoderamento feminino, pode ser percebido em três níveis de mudanças de subjetividade: a relacionada ao indivíduo, ao gênero e a comunidade.

Palavras-chave: investimento social; gênero; empoderamento.

Abstract: The paper examines the notion of empowerment contained in the Social Investment policies, consequence of institutional discourses that revalue women as policy beneficiaries. From our object of research the program Mulheres da Paz, implemented in Rio de Janeiro between 2011 and 2012, which, through capacitating methods, tries to empower these women, we observed a quarrel regarding the notion of feminine empowerment in dispute. This research combines qualitative methods such as documental and interviews. We concluded that this feminine empowerment can be seen in three different levels of subjectivity change: an individual one, a gender one and one related to the community.

Keywords: social investment, gender, empowerment

Introdução

A década de 80 foi marcada pela crise e pela liberalização da economia com o agravamento da situação social decorrente do aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Em decorrência disto, nos anos 1990, observa-se uma revalorização das políticas sociais ocorrida no âmbito de um novo paradigma institucional de políticas públicas chamado de “pós-Consenso de Washington”, “cidadão consumidor” ou “investimento social” (JENSON, 2009: p.447).

Segundo Mauriel (1998: p.10), essas políticas levam ao desmonte da proteção social já que a pobreza passa a ser entendida como uma questão individual e não estrutural. Assim, no paradigma do investimento social, há uma redistribuição das responsabilidades de modo que o Estado não é mais o único responsável pelo bem-estar dos cidadãos. O Estado não exerce mais o controle direto da implementação das políticas públicas; agora, existem formas de parcerias com ONGs, igrejas, comunidades e os próprios beneficiários das políticas. A descentralização da implementação das políticas públicas faz com que o compartilhamento de responsabilidades seja crucial para o desenvolvimento das políticas sociais deste novo tipo, já que há uma desresponsabilização por parte do Estado abrindo uma lacuna para a participação da sociedade civil.

Além de mudanças institucionais, o investimento social delinea os objetivos e conteúdos das políticas presentes de acordo com os resultados que deseja alcançar no futuro, ao investir nas crianças e nas famílias para romper com a transmissão intergeracional da pobreza e vulnerabilidade, melhorando assim a inclusão social. Como consequência, as estratégias das políticas se voltam para o desenvolvimento de capital humano ou capacidades, que possam orientar os beneficiários para o seu auto-desenvolvimento, isto é, para a ação produtiva, ativa, responsável e independente no mercado. Aqui, insere-se a noção da cidadania ativa por meio de capacidades desenvolvidas nos beneficiários das políticas sociais através de capacitações, com vistas ao empoderamento dos beneficiários.

No Brasil, como em outros países da América Latina, a reestruturação das políticas públicas, a partir desse novo paradigma, se deu com maior intensidade. É possível perceber a centralidade estratégica assumida pelas mulheres como operadoras e clientes preferenciais desses novos programas sociais (SORJ e GOMES, 2011: p. 148). Isso ocorre porque a valorização de atributos femininos tradicionais surge como um capital que parece ajudar no sucesso da política em combater a pobreza.

O programa Mulheres da Paz, no Rio de Janeiro, pode ser percebido a partir da perspectiva do investimento social e por isso foi definido como o estudo de caso do artigo. O programa foi criado pelo Ministério da Justiça em 2010 dentro do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), destinado a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, através da gestão social do risco.

Segundo as diretrizes do Programa Mulheres da Paz instituídas no artigo 8 da Lei 11.707/2008 o trabalho desenvolvido pelas mesmas tem como foco dois objetivos principais: 1) a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres,

prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres e 2) a articulação com jovens e adolescentes, com vistas na sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social.

No caso do Rio de Janeiro, o programa foi operacionalizado por articulação entre o governo federal, o governo estadual e a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. O Mulheres da Paz está vinculado ao programa Protejo, cujo foco é “a formação da cidadania” de jovens expostos à violência doméstica ou urbana, por meio de programas de formação, inclusão social, atividades culturais e esportivas, que visem a “resgatar sua autoestima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades” (Ministério da Justiça do Brasil, 2007). A articulação entre os dois programas reside no fato de que são as Mulheres da Paz que identificam esses jovens, encaminham-nos ao Programa Protejo e “acompanham sua trajetória”, “aconselhando-os e orientando-os”. (SORJ e GOMES, 2011:p.151)

O Mulheres da Paz atua em territórios vulneráveis, ou seja, territórios identificados com altas taxas de violência e criminalidade. Às mulheres é oferecido um curso de formação, chamado de capacitação, que tem 230 horas e cujos conteúdos abrangem: cidadania e direitos humanos, identidade feminina, diversidade sexual, homofobia, violências urbana e de gênero (Lei Maria da Penha), mediação de conflitos, entre outros. Além disso, as Mulheres da Paz recebem uma bolsa no valor de R\$190,00.

1. Desenvolvimento

O presente artigo traz reflexões sobre a noção de empoderamento contida na concepção e prática do novo paradigma de políticas públicas em curso no Brasil e globalmente, denominado Investimento Social.

O conceito de empoderamento possui várias interpretações e enfoques. O mesmo é fruto do debate pós-moderno e das análises sobre o conceito de desenvolvimento (OAKLEY e CLAYTON, 2003:p.7). Nessa visão, o conceito de desenvolvimento está atrelado ao conceito de poder e a visão de que a sociedade está calcada numa divisão entre aqueles que têm poder e os que não o têm. Com isso a relação entre “poder” e pobreza” estava localizada na ideia de que somente o acesso ao poder real poderia romper uma cultura de opressão e silêncio, característica dos grupos que encontram-se em dependência e marginalidade. Portanto, falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-se”. Um processo de empoderamento busca intervir nestes desequilíbrios e ajudar a aumentar o poder daqueles grupos “desprovidos de poder”, os grupos vulneráveis.

Nos anos 1990, o empoderamento se converteu num discurso central de agências internacionais como ONU e Banco Mundial e em objetivo operacional nas políticas e programas das ONGs nacionais e internacionais, ou seja, falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-

se”. Um processo de empoderamento então, busca intervir nestes desequilíbrios e ajudar a aumentar o poder daqueles grupos “desprovidos de poder”, no que se refere ao acesso e uso do poder formal e informal, a inserção destes na vida pública e no mercado. Nas políticas sociais que tem como proposta o empoderamento, a pobreza é definida como uma situação em que indivíduos se encontram por falta de certos dotes ou habilidades, sejam carências individuais como escolaridade, aprendizado com autocuidado com a saúde, o conhecimento para lidar com as transferências de renda. Quando possuem estas habilidades, as pessoas podem então pular a linha da pobreza e estar em situação equalizada perante outros indivíduos. Ao aprender tais habilidades, as pessoas realizam novas práticas sociais e escolhas, o que funciona como um mecanismo de empoderamento. Com isso, desenvolve-se as capacidades dos grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento superando décadas de passividade, onde o fortalecimento das habilidades dos grupos marginalizados, colabora para seu envolvimento como atores legítimos no desenvolvimento.

A operacionalização do empoderamento tem como partida atentar que as agências de desenvolvimento têm promovido e apoiado iniciativas de “empoderamento” com propósitos distintos mas inter-relacionados. O vínculo entre participação e empoderamento é o que emerge de maneira mais forte a partir das experiências das diferentes políticas. O Banco Mundial, por exemplo, vê o “empoderamento” como a última etapa nos processos de participação local nos projetos de desenvolvimento. Como objetivo do desenvolvimento, o empoderamento tem sido instrumentalizado por meio de metodologias práticas de projetos, e quanto ao seu efeito e impacto, o empoderamento é direcionado a projetos com objetivos e focos variáveis.

Para refletir sobre o empoderamento, o artigo abarca dois planos de análise: 1) os diferentes discursos institucionais que passaram a revalorizar as mulheres como beneficiárias e ferramentas cruciais da inclusão e do desenvolvimento do país e 2) os significados da noção de empoderamento em disputa na execução do programa Mulheres da Paz.

2. Mulheres e o Empoderamento

O processo de empoderamento situa-se na concepção de cidadania contemporânea dentro das políticas sociais. Seus proponentes partem do pressuposto de que os recursos materiais e o capital social dos sujeitos vulneráveis não são suficientes. Com isso, o empoderamento é visto como fundamental, pois possibilitaria adquirir novas condutas e subjetividades, permitindo que os sujeitos beneficiários consigam reivindicar direitos políticos e sociais e ter maior controle sobre a própria vida. O empoderamento é mais do que um componente da política social, ele constitui-se como um projeto moral e político (SORJ e GOMES, 2011: p.148). O empoderamento norteia um conjunto de valores, posturas e práticas a serem interiorizados pelos beneficiários das políticas públicas contemporâneas.

No caso das mulheres, o empoderamento destas se dá através da mobilização destas como sujeitos que possuem capacidades úteis a esses programas sociais e assistenciais. O papel das mulheres nas políticas sociais é resultado da intersecção entre conhecimento feminista e um projeto político de desenvolvimento das agências internacionais.

O conhecimento feminista relaciona mulheres e políticas sociais visando à emancipação das mulheres e o enfraquecimento dos valores maternalistas através da educação feminista. Por outro lado, as agências de desenvolvimento (como o Banco Mundial) vêem a mulher como um meio de alavancar o desenvolvimento humano das crianças e jovens desempenhando um papel mais tradicional. As demandas feministas da década de 70 penetraram nas agências de desenvolvimento; as duas forças se encontram e se tensionam; ora o maternalismo ora a igualdade de gênero é colocada a serviço do desenvolvimento. O capital social das mulheres nas políticas públicas do investimento social parte dos papéis sociais tradicionais, como a maternidade e os cuidados, embora ao mesmo tempo pretenda inserir perspectivas de autonomia, emancipação feminina e atuação política na esfera pública vinculados à igualdade de gênero decorrentes das demandas de ONGs e movimentos feministas.

Vale destacar que a transformação de mulheres pobres, dependentes e passivas em sujeitos autônomos e responsáveis pelas suas escolhas requer técnicas de desenvolvimento pessoal (MOLYNEUX, 2006: p.430). Centrais para isso são os processos de capacitação que levarão a esse objetivo. Normalmente esses currículos de capacitação, nos novos programas sociais que visam empoderar mulheres pobres, tem um viés feminista. Pretendem superar formas oprimidas de feminilidade e criar uma nova feminilidade autônoma e moderna.

O empoderamento é uma noção controversa que não possui consenso em suas definições e objetivos. Para demonstrar isso, apresentamos as interpretações teóricas sobre o empoderamento de Sadan(1997) e Schild (2007). Para Sadan (1997: p.3), o empoderamento é *“um processo de transição de um estado de impotência onde há ausência de capacidades, conhecimento e auto-estima, para um estado de relativo controle sobre a própria vida, poder de escolha no seu destino e no espaço onde reside”*. O empoderamento consiste na combinação de 3 processos entrelaçados que se complementam e contribuem um ao outro: o empoderamento individual – nível micro-, o empoderamento comunitário – nível macro - e o empoderamento profissional. O empoderamento individual é a agência humana, cujos resultados estruturais não são intencionais e embora a agência humana possa ter consequências estruturais, isto não é a essência do processo. Ou seja, o processo de empoderamento individual pode criar uma reserva de potencial comunitário, isto é, mobilização comunitária à medida que os indivíduos anseiam melhorar sua qualidade de vida, isso pode gerar a necessidade de melhorar o espaço em que se vive. Contudo, o processo de empoderamento individual é condicionado à estrutura social existente, podendo limitá-lo ou estimulá-lo. O empoderamento comunitário está num coletivo estigmatizado e discriminado que adquire capacidade de controlar e influenciar o próprio espaço exercendo específicas críticas e demandas. O processo de empoderamento da comunidade desenvolve um senso de responsabilidade, capacidade, compromisso e cuidado, onde as pessoas atuam na resolução de problemas e na melhora da qualidade de vida. O empoderamento profissional é o processo de intervenção metódica destinado a capacitar indivíduo e comunidade. A prática deste último é uma atividade profissional de capacitação feito por instituições sociais e ONG que têm como justificativa encorajar indivíduos e comunidades a serem autônomos e estimular a inclusão social.

Em contraste, para Schild (2007: p.198) a mobilização de sujeitos femininos nesses programas sociais é alvo de críticas. O problema, para a autora, é que esta é uma forma individualista de empoderamento que transforma mulheres em sujeitos autorreguladores, dentro do contexto capitalista contemporâneo, onde é exigido dessas mulheres que carreguem a responsabilidade de conseguir, ou não, a inserção dentro do mercado após o processo de empoderamento. Dessa forma, o projeto moral e cultural de transformação das subjetividades, orquestrado por instituições estatais, encoraja e cultiva formas de subjetividade que são congruentes com o capitalismo atual nessas mulheres, como a autonomia e a responsabilização pela construção de uma forma de vida específica. Outro ponto de debate é que os discursos e as práticas que constituem o legado do ativismo em relação à emancipação das mulheres se tornaram um poderoso mecanismo para governar mulheres pobres. A responsabilidade do bem-estar passa para o indivíduo, onde numa troca da responsabilidade sobre o risco/vulnerabilidade social dos grupos de indivíduos há uma transformação desse domínio de responsabilidade num problema de ‘cuidar de si’. Logo, para a autora, o cidadão empoderado do moderno campo de políticas sociais é, na verdade, uma figura que causa exclusão. Ou seja, o que o empoderamento obscurece é que, algumas pessoas não conseguem se responsabilizar pelo seu bem estar, ficando assim excluídos do mercado e de uma situação real de bem-estar social.

Desta forma, compreender no que consiste o empoderamento é um ponto fundamental da análise, pois o processo de empoderamento explicita a relevância do indivíduo no cenário das políticas sociais atuais.

3. Inspirações do conceito de governamentalidade para pensar o empoderamento

A própria identidade do cidadão empoderado pode ser analisada como um projeto moral/pedagógico com contradições relativas às próprias difusões de esferas de poder e autonomia. Um eixo analítico fundamental para se entender as políticas sociais atuais é através do conceito de governamentalidade de Michel Foucault (2003) que ao problematizar o poder na modernidade “*indica que o governo está ativamente envolvido na produção de atores, de identidade e interesses, não apenas na sua coordenação*” (SORJ e GOMES, 2011: p.148). Dessa forma, a institucionalização de uma forma de racionalidade estatal e as formas de subjetividade a ele associadas estão ligados a projetos morais e políticos em execução, por onde discursos de saberes perpassam a vida social e atuam de forma minuciosa na coletividade.

A governamentalização (ou governamentalidade) do Estado e da sociedade consiste numa forma de racionalidade política que se vincula ao exercício de gestão das coisas e das pessoas, entendido no seu sentido mais amplo de condução, cuidado e sustento dos indivíduos tomados individualmente e coletivamente no conjunto da população. As reflexões em relação às técnicas de governamentalidade referem-se às especificidades nas relações de poder onde há disputa de discursos acerca dos mecanismos e instrumentos coercitivos de condutas. Por este viés, o exercício do poder para Foucault não deve ser entendido como uma instituição, mas como um conjunto de normas, técnicas e procedimentos pelos quais se exerce algum tipo de

ação sobre os indivíduos. Por meio da problematização das formas de poder, notamos a governamentalidade como um complexo exercício de poder político que visa incidir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos. Contudo, a gestão sobre as possibilidades de ação dos indivíduos nem sempre é realizada de acordo com as expectativas das decisões governamentais e institucionais das políticas sociais. Isso traz a tona um limite do conceito de governamentalidade inspirador para as reflexões do fenômeno do empoderamento.

O limite do conceito de governamentalidade é que ela não deve ser vista somente nos campos discursivos de documentos oficiais, projetos políticos e escritos (MC KEE, 2009: p. 12). Partindo da noção de que há uma arte concreta - prática - de governar, os estudos sobre políticas sociais devem ir de uma “*governamentalidade discursiva*” para uma “*governamentalidade realista*”, como articula Mc Kee (2009: p.4).

A governamentalidade que se faz presente no contexto das novas políticas sociais indica que a cidadania ativa representa uma forma de liberdade regulada na qual a capacidade do indivíduo é usada como uma estratégia política para garantir os fins das políticas sociais do modelo do Investimento Social. O papel do Estado é reconfigurado quando ele empodera os indivíduos a cuidarem de seus próprios problemas. Valores como autoestima, capacitação individual e obrigações éticas de cidadania se põem como responsabilidade pessoal e social. Ao definir o bem-estar dos indivíduos em termos das tecnologias de cidadania que lhes faltam e que são criadas pelo Estado, as políticas sociais corporificam uma forma produtiva de poder, que visa colocar os outros em ação, direcionando os meios e saídas pelas quais os indivíduos resolvem suas questões de vida, atuando mais profundamente nos indivíduos e moldando as subjetividades.

Percebemos então as reflexões em comum entre a noção de governamentalidade e o fenômeno do empoderamento nas políticas sociais contemporâneas. Ao reconhecer que nem sempre os sujeitos incorporam o discurso acerca do papel que devem exercer, ou seja, o papel de cidadãos-empoderados, é possível que “*exista a sobreposição e pluralidade de novas identidades, mas também é possível que os sujeitos se recusem a envolver-se com a identidade ativa que são convidados a adotar*” (MCKEE, 2009: p.17).

Reconhecendo as múltiplas vozes e a natureza controversa do que consiste o fenômeno do empoderamento e as múltiplas subjetividades que o norteiam é necessário ouvir as múltiplas vozes das práticas do governo e as conseqüências, experiências e perspectivas das populações-alvo, as tensões e conflitos entre os discursos institucionais, dos gestores das políticas e demais atores envolvidos. Este é o nosso objetivo de reflexão.

4. Estudo de caso: o Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro

A pesquisa realizada entre 2011 e 2012 no Rio de Janeiro no Complexo do Alemão e na comunidade do Boréu, combinou métodos qualitativos: documental, entrevistas com as mulheres beneficiárias do programa e coordenadores, observação de atividades do programa, como cursos de capacitação e eventos. A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades do Complexo do Alemão e do Boréu, que foram atendidas pelo programa. Na pesquisa documental

foi realizado um levantamento de notícias, entrevistas e documentos relativos sobre o Mulheres da Paz (TEIXEIRA, 2010 e SEASDH, 2011). Foi de destaque a análise dos folders, revistas e do livro “PAZ, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro” (2011) que continham divulgação de celebrações e cerimônias de implementação do programa, mostrando a forma pelas quais os elaboradores da política publicizavam os projetos, além de reunir imagens e depoimentos sobre o programa.

Ancorando-se na bibliografia teórica, e no desenvolvimento das questões de pesquisa, elaboramos roteiro semiaberto de perguntas que fora aplicado às Mulheres da Paz. O questionário continha perguntas de referência geral (idade, estado civil, nível de ensino e etc.), sobre a rotina no programa Mulheres da Paz (que redes facilitaram a entrada no programa, quais eram as atividades e como percebiam as capacitações), sobre a seleção e acompanhamento dos jovens atendidos, sobre sua relação com órgãos do Estado e outras instituições (associação de moradores, igrejas, posto de saúde, polícia, etc.) e sobre suas opiniões em relação aos possíveis impactos do Programa em suas relações de gênero, em seus status dentro da comunidade e em suas visões de mundo. Foram aplicadas 16 entrevistas com as beneficiárias e 4 com gestores do programa.

A proposta do programa Mulheres da Paz é que as mulheres se empoderem através do curso de capacitação para atuar no protagonismo da prevenção da violência. A proposta é que elas atuem na mediação de conflitos com os jovens, encaminhando-os a um curso profissionalizante. A representação do gênero mulher é fundamental, pois tipifica um sujeito específico a ser mobilizado na política pública:

O projeto Mulheres da Paz é o ‘coração’ do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). Por quê? Porque as mulheres sempre tiveram um ‘jeito de ser e fazer’ para criar e manter espaços saudáveis e de paz em todos os cantos, em todas as comunidades e cidades. Uma energia que está sempre pronta para agir, por cada uma e por todas, de forma sensível e inteligente para dar um basta à violência. [1] *Ex-secretário do PRONASCI.*

A justificativa para que se apresentem as mulheres como as beneficiárias da política baseia-se na vitimização da mulher afetada pela situação de violência e no o ideário de “mães da paz”, que no Rio de Janeiro é muito forte, em virtude dos movimentos de mães que perderam seus filhos por mortes violentas.

Dessa forma percebemos a tensão existente, embutida no programa, entre papéis tradicionais de gênero e uma subjetividade feminina moderna. Esta última apareceria, através da capacitação, durante o processo de empoderamento. Entretanto, o termo empoderamento não é utilizado, diretamente, pelas Mulheres da Paz, mas sim na fala dos coordenadores e nos textos oficiais produzidos sobre o programa:

Empoderadas utilizam como instrumentos de trabalho e de socialização as informações e conteúdos apreendidos durante o processo de formação, nas atividades do dia a dia nos seus territórios, e se utilizam da gama de informação adquirida e da experiência de ações sociais para buscar trabalho.[2] *Coordenadora de formação.*

Agentes de empoderamento de si próprias e de suas comunidades, as Mulheres da Paz cumprem papel relevante para a sustentabilidade da paz em territórios já pacificados. **[3]** *Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos.*

As Mulheres da Paz empregam termos como mudança de vida e autoestima. As noções de mudança de vida aparecem nas falas sobre autoestima, formação de amizades, conhecimento de direitos, agência na comunidade e desejo de melhor qualificação profissional:

Nós fizemos uns três meses de capacitação, tivemos uma situação também de muitas que nem conhecia a [Lei] Maria da Penha passaram a conhecer, e outra, até na saúde, muitas passaram a conhecer, e saber dos direitos dela e procurar tratar mais a sua saúde, outra capacitação que eu também achei importante foi o, por exemplo sobre lei, tem mulheres que não sabia que existia problemas de lei, mulheres que nem tinham os documentos completo. *[Mulher da Paz A]*

Pra mim foi muito bom porque me ajudou muito, porque eu vivia muito dentro do lar... e depois que eu fui pra esse projeto minha vida melhorou... Me senti alguém. Convivi. Aprendi. Fiz amizades. Fazer o bem também, isso nos faz bem. Ir atrás daquele jovem. *[Mulher da Paz M]*

A fala acima ilustra uma afirmação recorrente em outras entrevistas. Desta forma é possível perceber que uma das mais significativas mudanças vividas pelas Mulheres da Paz, através do processo de capacitação, foi a saída do ambiente doméstico. Isso se dá porque várias das atividades do Programa promoviam uma maior circulação nas redes comunitárias, em instituições do governo, eventos e ONGs. A maior circulação na esfera pública é colocada em contraste com o ambiente doméstico, que passou a ser visto de forma mais crítica. Sair de casa, conhecer amigas e participar de eventos comunitários foram apontados como acontecimentos fundamentais para essa nova percepção. O ganho da autoestima e a valorização pessoal para as mulheres ocorreram quando elas puderam se sentir úteis e presentes na comunidade ao ajudar jovens, intermediarem contatos com instituições e divulgar informações de utilidade pública.

Apesar da ajuda aos jovens ser um aspecto essencial no trabalho delas, elas destacaram o novo papel que desempenham na comunidade. O empoderamento via comunidade (SORJ e GOMES, 2011) se concretiza na atuação como informantes locais e contatos com outras instituições sociais, porque permite que elas consigam ir além da ação tutelar sobre os jovens, inscrita nas diretrizes do projeto.

Há notavelmente uma tensão entre cuidar do jovem e fortalecer a comunidade e o cuidar de si, onde muitas participantes sentem que, depois de terem sido capacitadas, gostariam de uma qualificação profissional, porém esse tipo de qualificação não é fornecido pelo programa. Mostra-se presente uma ligação, pós-programa, entre o acesso ao mundo profissional, a escolaridade e o desejo de ‘ser alguém completo’ dessas mulheres:

Quanto ao Mulheres da Paz eu acho que poderia continuar com o projeto, já que elas conseguiram um avanço e porque não fazer alguma coisa que desse continuidade pra essas mulheres, capacitações profissionais mesmo pra incluir essas mulheres no mercado de trabalho... Tinha mulheres que nunca trabalharam, que sempre viveram aquela vida de família mesmo, mas que despertou o interesse de ser alguém, de gostar de uma profissão. *[Mulher da Paz G]*

Essa exigência por cursos de capacitação profissional apareceu novamente no Seminário de Avaliação do Projeto Mulheres da Paz que ocorreu na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Nesse seminário as mulheres foram divididas em grupos de trabalho (GTs) para conversar sobre o programa e em todos os GTs houve pedidos para capacitação profissional.

Para os coordenadores o empoderamento é alvo de debates e críticas. Para alguns deles, a própria inserção da mulher em um programa que visa assistir ao jovem explicita que elas são instrumentos para o objetivo final do programa (prevenção da violência urbana) e não beneficiárias finais. Com isso, prevalece à visão tutelar da mulher sobre o jovem, eclipsando aspectos relacionados à desvinculação de papéis tradicionais de gênero.

Trabalho e renda também aparecem como marcadores fundamentais no empoderamento das mulheres, não só para as mulheres beneficiárias, como também para os coordenadores:

A gente tem uma contradição aí que tá colocada, entre outras contradições, por exemplo, como é que a gente quer discutir a perspectiva de empoderamento, de partilha de conhecimento, de informação com a perspectiva de autonomia, mas a gente não discute, o programa não tem como eixo central, na concepção nacional, a discussão sobre trabalho e renda. Como se discute a perspectiva de empoderar as mulheres a partir da discussão de seus direitos e a gente não encaminha numa discussão também sobre trabalho e renda, como é que é isso, como é que se dá na prática? Coordenador A. [*Coordenador do Programa Mulheres da Paz*]

Além disso, é valorizado por alguns gestores do programa que o exercício da cidadania das mulheres dentro do espaço local comunitário afaste-se cada vez mais de uma ordem moral religiosa e cristã - tão presente nas comunidades - à medida que elas têm contato com outras fontes de conhecimento, como direitos humanos e direitos sexuais-reprodutivos através dos cursos de capacitação. A criação de redes de fortalecimento comunitário e autonomia que conseguem ir além de um discurso religioso é visto pelos coordenadores do programa como pontos positivos do fenômeno do empoderamento, na medida em que aponta para um movimento de mudança na formação das redes daquele espaço comunitário. As redes religiosas tinham força tanto no programa e seleção das mulheres, como na resolução de problemas comunitários:

O segundo grande ganho eu acho assim que aí já é opinião pessoal, mas eu fico muito preocupada com a construção de rede ancorada nos princípios religiosos. (...) não há lei e de alguma forma a Igreja tá fazendo esse trabalho (...) me preocupa muito esse discurso da formação da subjetividade imposto pela Igreja. Então eu acho que nesse sentido, o segundo grande ganho que eu vejo. [*Membro da equipe técnica de avaliação*]

Interessante notar que a própria proposta pedagógica da capacitação pretende abranger uma área ampla de conhecimentos e não só a perspectiva do acolhimento e acompanhamento do jovem. Utilizando as palavras de um dos coordenadores que denomina a capacitação voltada somente à formação humana, o objetivo do processo de capacitação é trazer conhecimentos multi-disciplinares. As idas a campo mostram que os capacitadores tentam estender o que se

concebe por empoderamento do grupo das mulheres a um nível mais amplo e difuso de práticas locais, visando um empoderamento que atinja também a comunidade, no qual o empoderamento da comunidade local está relacionado ao conhecimento de noções de direitos humanos, cidadania e reivindicação de direitos construindo uma nova configuração de redes de relações pessoais e institucionais. Contudo, vale lembrar que, apesar de a institucionalização das Mulheres da Paz enquanto cidadãos-ativos da política pública ser fundamental, isso se dá ancorado no fortalecimento do papel maternalista das mulheres que é ressignificado ou reforçado pelos grupos.

Conclusão

O conceito de empoderamento possui diversos significados porque convive com várias moralidades e discursos institucionais e locais. Neste caso, a preponderância das moralidades locais é notável, uma vez que como projeto moral e político, o empoderamento é um novo modo de subjetividade que inevitavelmente passa por uma adaptação às necessidades locais e às realidades dos cidadãos.

Nesse sentido, podemos pensar na ocorrência de três níveis de mudanças de subjetividade provocadas pelo empoderamento. O primeiro desses níveis, das mudanças de subjetividade relacionadas ao indivíduo, está ligado a uma questão da autoestima e de afirmação pessoal. Isso se dá através da participação no Programa Mulheres da Paz, no seguinte sentido: as mulheres participantes sentem sua autoestima crescer porque agora elas têm maior consciência dos seus direitos, elas tomam mais atitudes para resolver seus próprios problemas e há uma melhora na sua comunicação pessoal tornado-as mais desinibidas. Em outro âmbito, essa categoria também aparece em uma vontade de ter uma profissão e na visão crítica atribuída ao lar pela dinâmica rotineira de cuidar da casa e dos filhos em contraste com o sentido positivo dada à circulação pelo espaço público.

O segundo nível, de mudanças de subjetividade relacionadas à gênero, relaciona-se com a percepção dessas mulheres como parte de um coletivo de gênero, como parte de uma categoria oprimida. Especialmente em situações de enfrentamento de violência contra a mulher, e no conhecimento sobre a lei Maria da Penha, um dos eixos temáticos da capacitação. Assim, as Mulheres da Paz distribuíam informações sobre a Lei, locais de denúncia, instituições de acolhimento e aconselhavam mulheres vítimas. Além disso, algumas Mulheres da Paz superaram situações pessoais de violência conjugal e doméstica e suas experiências são relatadas como casos exemplares.

O terceiro nível, de mudanças de subjetividade relacionadas à comunidade, levanta uma questão interessante já que aqui o projeto é sentido, pelas mulheres participantes, através da sua relevância em ajudar a comunidade. Seja com os jovens ou outras mulheres através das informações sobre Lei Maria da Penha ou, então, a comunidade em geral, transmitindo informações, principalmente sobre saúde e direito. Aqui se percebe uma grande importância atribuída pelas mulheres à circulação pelo espaço público atuando na rede comunitária e no contato com instituições.

É imprescindível entender que essas dimensões são fluidas, interconectadas. Por exemplo, a questão da circulação pelo espaço público aparece como relevante tanto no primeiro como no terceiro nível. O conhecimento sobre direitos também não se encaixa em uma única dimensão, podendo inclusive se encaixar nas três.

Portanto, as mudanças de subjetividade resultantes da participação das beneficiárias evidencia a coexistência de duas visões sobre o empoderamento. A primeira, localizada nos discursos sobre o programa, documentos oficiais e nas falas dos coordenadores, que privilegia o segundo nível de mudanças, isto é o entendimento das beneficiárias como integrantes de um grupo oprimido. A segunda visão, na percepção das próprias Mulheres da Paz é o aumento da autoestima e seu envolvimento com a comunidade, ou seja, o primeiro e terceiro nível. 🌀

NOTAS

*Brena O'Dwyer Spina da Rosa Machado é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu o artigo a partir da pesquisa “Gênero e Políticas Públicas” orientada pela Profa Bila Sorj, dentro do Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero do IFCS-UFRJ . Quando submeteu o artigo, cursava o 7º período em Ciências Sociais. Atualmente é menestranda em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: brenaspina@gmail.com

**Thamires de Lima Silva é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quando submeteu o artigo, cursava o 8º período e realizava Iniciação Científica no Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero do IFCS-UFRJ, sob orientação da Profa Bila Sorj. E-mail: thamires.ls91@gmail.com

[1] Governo do Rio de Janeiro; PRONASCI; Ministério da Justiça. Mulheres da Paz. Texto Base para a Conferência Livre Rio Cultura de Paz. 2009

[2] Depoimento retirado do livro: “PAZ, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro” de 2011.

[3] Depoimento retirado do livro: “PAZ, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro” de 2011.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Governmentality**. In P. Rabinow and N. Rose(edss), *The Essencial Foucault: selections from essencial works of Foucault 1954-1984*, London, New Press. 2003.

JENSON, Jane; **Lost in translation: The social investment perspective and gender equality**. *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society*, Volume 16, Number 4, Winter 2009, pp. 446-483 (Article).[s.l.] Published by Oxford University Press. 2009.

MAURIEL, Ana P. O. **Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea**. In. *Revista Ser Social* V.1, n. 1. Brasília, 1998.

MC KEE, Kim, **Post-Foucaultian Governmentality: what does it offer critical social policy analysis?**, *Critical Social Policy*, vol.29. no. 3, [S.l.:s.n.] August, 2009,.

MOLYNEUX, Maxine. **Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme**. *Social Policy & Administration*, Vol 40, No 4, [S.l.:s.n.] August 2006.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew . **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de ZuleikaArashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 96 p.

SEASDH, Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. **Paz, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro**. [S.L.:s.n.] Livro oficial do programa produzido pelo Governo Federal. 2011.

SADAN, Elisheva. **Chapter 3: Developing a Theory of Empowerment**. Empowerment and Community. [S.l.:s.n.], 1997.

SORJ, Bila & Gomes, Carla. **O “gênero” da nova cidadania: O programa mulheres da Paz**. Sociologia e Antropologia, Vol. 02, [S.l.:s.n.]2011.

SCHILD, Verónica. **Empowering ‘consumer-citizens’ or governing poor female subjects?: the institutionalization of ‘self-development’ in the Chilean social policy field**. Journal of Consumer Culture, Vol. 7, [S.l.:s.n.] 2007.

TEIXEIRA, Zaqueu. **O PRONASCI é a inteligência que vence a violência: Programa Nacional de Segurança com Cidadania / Zaqueu Teixeira**. —1.ed. — Rio de Janeiro: Z. Teixeira, 2010. ISBN 978-85-910845-0-0.

VIANNA, M. Lucina T.W. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica**. In: Revista Praia Vermelha, vol. 1, n.1. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. Pg. 120-145.

TEIXEIRA, Ricardo, V. **Uma crítica a concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.104. out/d. São Paulo, Cortez Editora, 2010. Pg. 650- 680. Revista Serviço Social e Sociedade

Recebido em 17 de março de 2013

Aprovado em 25 de fevereiro de 2014